



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F339 Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3 / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-965-3

DOI 10.22533/at.ed.653211504

1. Fenomenologia. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 142.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Não conhecemos a realidade senão através de uma vasta cadeia de filtros, aos quais atribuímos diferentes nomenclaturas – imaginário, mundo das ideias, percepções, identidades, representações. De certa forma, essa afirmação é um tipo de clichê recorrente nos estudos da grande área das Humanidades, o que, todavia, não a torna vazia de sentido. As palavras encapsulam compreensões complexas, assim como diversos recursos comunicacionais e formas de arte, que são tentativas humanas de interpretar o que está ao seu redor e responder de uma forma que seja interpretável, o que produz uma imensa coleção de linguagens e arquétipos, todos estes meios, à sua própria forma, representações.

Representações de ideias, de objetos, pessoas, grupos, povos, países, equipes esportivas, cidades, ícones religiosos... É certo que o mundo, os acontecimentos que nele se desenrolam e as pessoas ao nosso redor são entidades só suas, inatingíveis para nós em sua forma mais essencial, e só podemos nos apropriar delas quando criamos palavras (e, portanto, conceitos) que as descrevem ou quando elaboramos enunciados explicativos, sejam eles saudações, discursos políticos, poemas ou selfies. Todos são descrições de algo, imagens de algo, apresentações de algo por alguém, re-apresentações – destarte, representações.

Parece pessimista pensar de tal forma. Que toda tentativa de comunicação é uma “mensagem numa garrafa” enfrentando a violência e a inconstância do mar, sem que aquele que a enviou jamais possa ter certeza de que sua missiva chegará ao destinatário previsto, no momento certo e em perfeitas condições. Palavras, imagens, sons, gestos: todos estes esforços comunicativos são, afinal de contas, tentativas. Há ruídos de interlocução que impedem uma suposta troca perfeita de representações: há mentiras, há ironias, há variações linguísticas.

Todavia, essa margem ampla de significação que é inerente à toda forma de representação guarda sempre uma generosa oportunidade: a de debater e problematizar os conceitos guardados naquilo que é representado. É através dessa dinâmica de desconstrução do que é tido como convencional e estabelecido de maneira pétrea que línguas ou narrativas históricas, por exemplo, podem ser revistas e reelaboradas.

Este e-book reúne uma variedade de textos que tratam de representações, de formas de se ver e se entender a realidade. Algumas dessas representações são arbitrárias e ancoradas apenas em percepções preconceituosas e ignorantes, outras são frutos de longas trajetórias de trocas simbólicas – o que não as torna menos problemáticas ou dignas de questionamentos. Arquitetura, literatura, paisagismo, gestão urbana, percepções de gênero, todos estes campos são capazes de estabelecer discursos, ocasionalmente por gerações, e cabe a pesquisadores de fôlego como os aqui apresentados, seguir interpretando esses fenômenos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CULTURA ORDINÁRIA DA CIDADE DE CLEVELÂNDIA COMO EXPRESSÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA BENZEDEIRA

Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.6532115041

CAPÍTULO 2..... 11

A IMAGEM DO ENSINO: COMO É VISTA UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PELOS GESTORES LOCAIS

Valéria dos Santos Nascimento

Vanessa Brasil Campos Rodríguez

DOI 10.22533/at.ed.6532115042

CAPÍTULO 3..... 21

BIODIVERSIDADE E IDENTIDADE LOCAL: O POTENCIAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA DE CURITIBA

André de Souza Lucca

Layssa Kmiecik

DOI 10.22533/at.ed.6532115043

CAPÍTULO 4..... 34

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

Kelvin Milost Arend

DOI 10.22533/at.ed.6532115044

CAPÍTULO 5..... 48

DIÁLOGOS TEÓRICOS COM CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET E NANCY FRASER SOBRE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DAS MULHERES

Salete da Silva Hoch

Rosângela Angelin

DOI 10.22533/at.ed.6532115045

CAPÍTULO 6..... 60

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO DE MULHERES QUE VIVEM COM VIH NA CIDADE DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Oswaldo Matavel

Marta Maia

Mohsin Sidat

Maria Martins

Sónia Dias

DOI 10.22533/at.ed.6532115046

CAPÍTULO 7	75
FERNANDO CHACEL E A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA: A PRAÇA DA VILA OPERADORA DE FURNAS PLANURA/MG	
Maria Eliza Alves Guerra	
Guilherme Silva Graciano	
DOI 10.22533/at.ed.6532115047	
CAPÍTULO 8	93
GESTÃO DE CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS	
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa	
Adriana Silva	
Helena de Oliveira Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.6532115048	
CAPÍTULO 9	105
NA BORDA DO QUADRADO AZUL: A DIFUSÃO DA ARQUITETURA BRASILEIRA NO PERIÓDICO <i>LE CARRÉ BLEU</i>	
Marianna Gomes Pimentel Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.6532115049	
CAPÍTULO 10	118
O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST	
Rafael Belló Klein	
DOI 10.22533/at.ed.65321150410	
CAPÍTULO 11	131
OS DESAFIOS DA REPATRIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: UMA DISPUTA NO CAMPO DA POLÍTICA INTERNACIONAL	
André Portela do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65321150411	
CAPÍTULO 12	143
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR RAPAZES GAYS SOBRE “MODOS DE VESTIR GAY”	
Adair Marques Filho	
Ana Lúcia Galinkin	
DOI 10.22533/at.ed.65321150412	
CAPÍTULO 13	161
SARAUS E SERESTAS EM GOIÁS: PROCESSOS IDENTITÁRIOS E INTERAÇÕES COM A MODINHA	
Ludmylla Cristina Guilardi	
Magda de Miranda Clímaco	
DOI 10.22533/at.ed.65321150413	

CAPÍTULO 14.....	174
A VERDADE E A PÓS-VERDADE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN	
Alexandre Ribeiro Martins	
Geraldo Magela Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.65321150414	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	188
ÍNDICE REMISSIVO.....	189

CAPÍTULO 11

OS DESAFIOS DA REPATRIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: UMA DISPUTA NO CAMPO DA POLÍTICA INTERNACIONAL

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

André Portela do Amaral

Bacharel em Relações Internacionais pela UFSM (2015), mestrando em História pela mesma instituição.

<http://lattes.cnpq.br/4828895959358557>

RESUMO: A influência do patrimônio histórico e cultural sobre a dinâmica organizacional dos povos, a partir da construção de elos identitários e da memória coletiva, torna pertinente a reflexão sobre como a manutenção da posse e a recusa pela devolução de peças históricas ferem a soberania e a autodeterminação dos povos, refletindo as assimetrias do Sistema Internacional e remetendo a um passado de dominação. Um movimento internacional de requerimento da restituição de bens patrimoniais escamoteados encontra barreiras numa tendência discursiva com fins justificativos por parte dos detentores: a suposta incapacidade dos requerentes de salvaguardar o próprio patrimônio. O apelo a uma nova percepção dos espaços no sistema internacional globalizado, com a invocação do “patrimônio mundial” contribui para a relativização discursiva das demandas crescentes de restituição (coordenadas numa ação multilateral nos fóruns internacionais) e se relaciona com uma defesa da manutenção do status quo.

PALAVRAS - CHAVE: Patrimônio. Restituição. Discurso.

THE CHALLENGES OF REPATRIATION OF PATRIMONIAL PROPERTY: A DISPUTE IN THE FIELD OF INTERNATIONAL POLICY

ABSTRACT: The influence of historical and cultural patrimony on the organizational dynamics of people, starting with the construction of identity links and collective memory, makes pertinent the reflection about how the maintenance of the possession and the refusal to return historical pieces damage sovereignty and self-determination of the people, reflecting the asymmetries of the International System and referring to a past of domination. An international movement for petition for the refund of retrenched assets finds barriers in a discursive tendency with justifying purposes on the part of the holders: the supposed inability of the applicants to safeguard their own assets. The call for a new perception of spaces in the globalized international system, with the invocation of “world heritage” contributes to the discursive relativization of the increasing demands of restitution (coordinated in a multilateral action in the international forums) and relates to a defense of the maintenance of the status quo.

KEYWORDS: Patrimony. Restitution. Speech.

PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PODER

Partindo da observação do crescimento, sobretudo nas duas últimas décadas, das demandas por devolução de patrimônio histórico remetente a furtos e apropriações bastante

antigas – requisições fortalecidas num quadro da política internacional de aprofundamento do debate e das ações multilaterais nos principais fóruns internacionais. Identificamos uma tendência de relativização das demandas dentro do âmbito institucional, tendo em vista a distribuição ainda assimétrica e hierárquica de participação dos países nas estruturas das organizações internacionais. O espaço privilegiado daqueles que tradicionalmente exercem dominação corrobora na construção de um tipo discursivo com fins de legitimação e manutenção do status quo. A participação por meio da ação coletiva dos tradicionalmente chamados “terceiro mundistas” ou “subdesenvolvidos” (não por acaso, em suma, os mesmos países que sofreram dominação e espólio) se mostra uma possibilidade de ampliar o alcance das demandas de restituição patrimonial.

A memória, vista como fundamental na construção da identidade de um povo, e pensada a partir da significação de um patrimônio histórico cultural, ganha um maior significado quando entra em jogo a compreensão da existência de uma “apropriação dessa história” pelo “outro”. O “outro”, relacionado a um passado (com reflexos no presente) traumático de dominação, e que estando em posse dos bens patrimoniais solapados reforça a continuidade de traços de violação na soberania e na autodeterminação dos povos.

A aceitação ou a resistência na devolução de peças históricas possuem um significado bastante forte, se pensada a primeira como sinal de admissão e espécie de retratação perante um quadro histórico de relações de dominação, também podendo ser vista como reconhecimento da soberania e dos direitos dos povos ‘herdeiros’ desses objetos.

A importância do patrimônio para as sociedades remete ao entendimento de sua significação histórica na constituição de um povo, consideração embasada por uma leitura do passado construída e em constante movimento. A qualificação daquilo que se considera como relevante, que “vale ser lembrado”, é resultado de uma escolha e fruto de jogos de interesse. Nos casos exemplificados nesse trabalho, os bens patrimoniais colocados em evidência correspondem a um entendimento predominante de consideração de um caráter “formativo” para os povos “herdeiros”.

Pensando a relação da sociedade com o patrimônio e a constituição de espaços de visitação de bens patrimoniais, um dos aspectos mais complexos que envolvem toda a questão desses espaços de rememoração se vincula à questão da necessidade de ligação desses com a realidade do seu entorno, a existência de um elo identitário da comunidade com os espaços é questão crucial para o seu funcionamento.

A questão da conexão entre um “passado estático” e o presente, é justamente o que dá movimento ao primeiro: o passado não muda, mas a forma com que ele é analisado/interpretado, sob a luz do contexto histórico de quem o analisa (historicidade) altera a atribuição dada a ele, Jacques Le Goff (2003) identifica essa interação entre o passado e o presente na chamada função social do passado ou da história. Pensar a história dos povos a partir da reflexão sobre o patrimônio histórico parece ter como cerne fundamental

a projeção desse passado numa perspectiva do presente. Entender o patrimônio histórico-cultural de uma sociedade é compreender uma rede construída ao longo do tempo com reflexos na dinâmica vivenciada atualmente. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 2003, p. 471).

A coleção reunida e conservada possibilita a criação de um espaço para exibição de tal ‘material’, e para uma reflexão sobre o mesmo, a abertura para visitação desse acervo e da possibilidade de uma interação com a sociedade vai ao encontro do fomento ao nascimento de uma discussão sobre a forma com que tal acervo pode ser compreendido: pensá-lo como fonte histórica (documental), como patrimônio histórico-cultural, ou, problematizar tais entendimentos, buscando, pelo menos, reposicionar tais perspectivas.

[...] o coletar, o documentar e o expor o bem cultural tem por objetivo síntese, explicitar as relações e as contradições contidas no objeto museal, proporcionando ao homem, condições de identificar, pensar e atuar a partir dos elementos culturais que são apresentados num discurso museológico. (Nascimento, 1998, p. 33)

O envolvimento da comunidade acadêmica, destacando a participação das universidades locais nos esforços em torno da solicitação de repatriação patrimonial, tende a salientar uma função documental do patrimônio. O papel das escolas a partir da promoção da educação patrimonial também é bastante expressiva nesse contexto. A respeito do entendimento sobre a importância de uma estreita relação entre patrimônio e educação e do próprio desenvolvimento de uma educação patrimonial, podem ser feitas algumas considerações.

Primeiro, pensar em patrimônio é também pensar em memória e identidade, vistas como parte de uma grande construção discursiva que muitas vezes é parcial e elitista, voltada para a manutenção de relações de dominação, além de considerar uma variedade de características para o patrimônio: seja um edifício, uma língua, aromas, sabores, recursos naturais, por exemplo. Em segundo lugar, pensar em educação é refletir sobre o educar, como isso se dá, quem é o foco e protagonista desse processo. A educação patrimonial induz uma inflexão a respeito do modo com que pode ser feita uma integração entre o patrimônio e a comunidade que o cerca.

A recuperação dos bens se encaixa na perspectiva de uma postura reflexiva a respeito do patrimônio, uma postura crítica fomentada pela educação patrimonial, e, também, a proposta de escrita de uma história que parte do “olhar para si”, e não na típica repetição de uma história imposta em maior ou menor grau pelos conquistadores. O interesse pelo estudo e pela análise crítica do patrimônio enquanto fonte documental promove o autoconhecimento de uma sociedade (melhor entender as questões enraizadas na configuração social), fomentando a discussão acerca da construção da memória coletiva.

Ler, confrontar, debater e submeter essas fontes a uma abordagem teórico-metodológica se mostra como o caminho para a melhor compreensão do peso do seu conteúdo, seja por um viés da promoção de uma identidade coletiva, ou pela própria desconstrução de um discurso dominante através da problematização do estabelecido e da reconfiguração de uma suposta herança vinculada às relações de poder.

Meneses (1994) atribui à função documental do espaço museológico um papel na democratização da experiência e do conhecimento humano, em direção de uma maior inteligibilidade da realidade humana. Conforme o autor, é de suma importância o acervo museológico para uma sociedade complexa. Cabendo atentar, no entanto, para uma ação não de culto, mas sim de análise/reflexão crítica.

A recuperação do patrimônio tem uma função na transformação da dinâmica estática e contemplativa para um caráter social. Por exemplo, troncos do Benin expostos num museu francês dificilmente ultrapassam o caráter do “museu contemplativo”. Certamente, a restituição ao país de origem teria um grande potencial para a formação de um espaço mais reflexivo, pela aproximação dos objetos com uma condição de diálogo do patrimônio com a realidade social do entorno. Outro aspecto importante a ser salientado, é a capacidade de transformação social da devolução patrimonial: não só política e culturalmente, mas também no âmbito econômico, com geração de emprego e renda por meio de uma correta promoção do turismo museal.

Valendo-nos de algumas das percepções da necessidade do protagonismo dos grupos sociais no que tange à construção de um espaço museal democrático, a defesa da constituição de um museu comunitário, numa ação de participação social, parece uma interessante possibilidade para o trato com os objetos (em caso de sucesso na empreitada que envolve a repatriação) e para a criação de espaços de proteção e visitação. O envolvimento da comunidade é peça chave para que as demandas de retorno não corram risco de se esvaziarem, o protagonismo da população ajuda a evitar que ocorra uma apropriação de setores da política ou com interesses estritamente econômicos nesse empreendimento. Como sugere Corrêa (2009), é garantir o direito de participação nas ações de política cultural e da memória coletiva com representatividade e afastadas de práticas de pura determinação política e clientelismo.

A criação de museus comunitários, com a participação da população na sua elaboração seria importante numa perspectiva de não apenas preservar uma memória coletiva, mas também fazê-lo pensando a dinâmica de transformação social ao longo dos anos. O patrimônio muito pouco tem a dizer quando encerrado numa estrutura voltada para seu próprio interior, o debate pela interação entre a memória projetada nos objetos históricos e as linhas de transformação ao longo do tempo coloca sob a luz a reflexão a respeito da natureza de diversas questões de apelo social. A configuração das cidades, os conflitos e as desigualdades podem ser analisados de modo profundo no estímulo ao debate envolto no patrimônio, compreendendo os laços com o passado e a permanência de

questões ainda não encerradas.

Em muitos contextos, os museus podem configurar-se em ilhas isoladas, onde o que se vê no seu interior quase nada diz sobre o lócus onde o museu está inserido. Espaços congelados no tempo contrastam com uma cidade efervescente, dinâmica, rica em sua diversidade, pulsante em seus problemas e conflitos. Esses museus e seus edifícios históricos encerram uma perspectiva anacrônica do tempo, não contribuindo para refletir sobre as questões que de fato mobilizam as pessoas no seu cotidiano nas cidades. As questões ambientais; os conflitos inter-étnicos; o preconceito racial e a homofobia; o crescimento urbano desordenado; a expansão das favelas; o tráfico de drogas; as tribos urbanas. Enfim, são múltiplas as problemáticas urbanas e seu potencial para serem trazidas como temas de reflexão no interior dos museus. (Possamai, 2010, p. 40).

Mais do que um aspecto puramente contemplativo, o patrimônio deve propiciar um debate crítico e ser pensado como envolto em toda uma dinâmica social, podendo dialogar com as camadas que formam a sociedade de uma maneira complexa e diversificada. O interesse público é apontado como justificativa e legitimação de ações com intuito de proteção e salvaguarda do patrimônio, sejam de natureza coercitiva (tombamento) ou no caso do registro de bens culturais de natureza imaterial. Traduzir o interesse público, no entanto, é uma tarefa bastante difícil, principalmente quando se lida com uma diversidade étnica e cultural extremamente vasta.

A deturpação do interesse público é um problema que cerca a realidade em torno das iniciativas de salvaguarda do patrimônio. O discurso de manutenção de posse de peças africanas em museus britânicos, por exemplo, dentre outras características conta com um discurso de legitimação capitaneado pela preocupação com a garantia da proteção dos objetos históricos e pela afirmação da impossibilidade das peças serem protegidas numa suposta incapacidade de gestão dos países de origem. Outro risco a ser considerado, tendo em vista uma demanda de restituição patrimonial, é o apoderamento por pequenos grupos de elites locais. A hierarquização no processo de aplicação de políticas públicas de proteção do patrimônio provoca um distanciamento do público em geral, a apropriação dos bens culturais por um pequeno grupo e o desvio da função social.

É a aproximação da sociedade com o patrimônio em questão que possibilita um olhar crítico e a reflexão sobre o próprio sentimento de pertencimento permeado em toda a complexidade dessa relação. Um objeto nada representa de fato (além de uma reprodução, de uma permanência do status quo) se não estiver integrado numa percepção de sociedade múltipla e em movimento. A experiência da construção do patrimônio cultural de forma coletiva, integrando grupos historicamente marginalizados e esquecidos, conversa diretamente com toda a problemática envolta na própria demanda de restituição dos bens. Vincular o patrimônio no debate sobre um histórico de relações desiguais, de quadros de dominação e de sua reprodução no presente, incorpora ao objeto uma profundidade e uma função: libertadora e emancipatória.

O debate sobre restituição patrimonial numa perspectiva teórica das Relações Internacionais

Internacionalização: ato de tornar internacional ou transformar algo em bem internacional. No aspecto político, o termo pode em certos casos significar a quebra de uma soberania nacional. Nos acordos internacionais, o princípio absoluto da não intervenção tem parâmetros estabelecidos na ordem global e admite como exceções a intervenção – inclusive armada – em questões bastante específicas, como no (r)estabelecimento de regimes democráticos, na proteção da propriedade privada e na defesa dos direitos humanos.

A soberania pode ser descrita como a capacidade de tomada de decisões e medidas sem interferências externas, além disso a negação de subordinação ou limitação do Poder do Estado e a soberania em relação ao território (princípio da territorialidade) e aos próprios bens e recursos. Conforme será abordado, o conceito de soberania, embora se constitua numa base sólida e seja comumente invocado, encontra limites na prática (condicionados a uma “política do poder” dentro dos quadros do Sistema Internacional). O advento da globalização contribui ainda para uma ampla transformação no entendimento das questões vinculadas aos espaços/fronteiras e na própria noção de soberania, incorporando uma série de elementos para a agenda internacional – inclusive reivindicação do “patrimônio comum” ou “patrimônio mundial”.

A questão da inserção de novas pautas e a sua relevância para o cenário da política internacional depende da capacidade dos “atores internacionais” em influenciarem e ditarem as tendências. A capacidade de ação e influência de cada ator varia conforme os recursos de poder¹ do qual dispõe, “a estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os atores principais determinam em cada época como deve ser o sistema, muito mais do que são determinados por ele” (Aron, 2002, p. 154). A distribuição de poder é determinante para compreender a capacidade dos atores em influenciar a dinâmica do SI e pautarem questões centrais na mesa de discussões. Essa distribuição tende a ser bastante assimétrica e desigual, daí uma tendência geral de associação/cooperação entre atores com menor poder de influência frente aos mais poderosos (numa busca por condições de equilíbrio).

Nos estudos teóricos próprios da disciplina de Relações Internacionais, levanta-se a hipótese de uma tendência geral pela composição de alianças (vale destacar que a busca pela constituição de parcerias estratégicas é vinculada ao escancarado quadro de desigualdade nas relações internacionais). A associação em torno de uma *balança*

¹ Entende-se por poder, segundo a definição de Raymond Aron (2002, p. 99), “a capacidade de uma unidade política impor sua vontade às demais”. Claramente tal capacidade de influência e imposição de vontade no Sistema Internacional depende da disponibilidade de recursos e de meios que possibilitem seu uso efetivo, aí a diferenciação que Aron faz entre *força* e *poder*. Quanto aos recursos, conforme Nye (2012), frequentemente são associados elementos como população, extensão territorial, disponibilidade de recursos naturais, economia e questões sociais estáveis, além da força militar, no entanto, conforme alerta o autor, tais recursos por si só não garantem resultados satisfatórios, a conversão desses recursos em poder real requer estratégia e liderança, algo que Nye classifica como “poder inteligente”.

ou *equilíbrio de poder*², tende a ser provisória e ligada aos interesses de cada membro envolvido (Messari e Nogueira, 2005). A teoria realista mostra grande contribuição para os estudos sobre as relações de poder no âmbito das relações internacionais, fornecendo um importante aporte na formulação de análises sobre uma estrutura configurada por relações bastante assimétricas, no entanto, os pressupostos realistas se mostram limitados na consideração de uma série de aspectos, sobretudo no apego limitante aos temas mais tradicionais da política internacional.

O surgimento de novas linhas teóricas para as relações internacionais, sobretudo a partir dos anos 1990, protagoniza uma diversificação das abordagens, com maior atenção a temas menos tradicionais no campo da disciplina – estudos sobre terrorismo, intervenção humanitária, migrações e noções de segurança alimentar são exemplos dessas novas abordagens. Os estudos Pós-colonialistas e a emergência de estudos sobre segurança no Pós Guerra Fria são importante base para a ampliação do uso de conceitos e para um novo patamar em relação a abordagem teórica.

Ainda que a reestruturação elaborada no campo do neorrealismo, traga aspectos importantes, como a interessante proposição de Mearsheimer (1995) a respeito de uma “falsa promessa” em torno das instituições (essas serviriam de modo geral ao interesse dos atores detentores de maior poder); uma abordagem puramente realista não se mostra exatamente adequada ao tema abordado. Daí a noção da necessidade de adição de novas considerações mais abrangentes, fundamentando o uso de uma abordagem teórica alternativa, ligada ainda a certos aspectos da escola realista, mas que admite e incorpora novos elementos ignorados ou tratados marginalmente pelos realistas, permitindo uma amplificação no leque de discussão.

Nosso objeto de estudo, a disputa em torno da posse de bens patrimoniais históricos, embora mescle elementos de enfoque dos estudos tradicionais (disputa e distribuição de poder num Sistema Internacional de relações assimétricas), se relaciona com as abordagens ampliadoras (como o construtivismo crítico e a perspectiva das novas pautas de securitização). O construtivismo crítico parte do estudo do Sistema Internacional em direção à política externa dos Estados e das instituições, prevalecendo na análise a atenção para a ligação entre os discursos constitutivos de identidade e a segurança, sendo que a construção de uma identidade/unidade pode ser estreitamente ligada com a definição da existência de ameaças concretas à segurança dos “identificados”, e nesse caminho, a construção de uma caracterização do(s) outro(s) – democrático/não democrático, civilizado/bárbaro, capaz de cuidar do patrimônio/incapaz (Buzan e Hansen, 2012).

A construção identitária de unidade e de diferenciação do “outro” pode subsidiar a cooperação, mas também – conforme o grau usado no discurso – desencadear conflitos, sendo tais construções discursivas de identidade usualmente utilizadas como motivo

2 Conceito-chave no estudo de relações internacionais, trata diretamente da discussão em torno da distribuição do poder entre os Estados e sua relação com a estabilidade do SI.

para a universalização de pautas, podendo essas se tornar motivo para a intervenção. Nesse aspecto, o discurso em torno da manutenção de objetos históricos em museus dos Estados Unidos e da Europa se vale do uso de uma universalização das pautas, com viés de legitimação no apelo à securitização de uma questão: manter um suposto “patrimônio universal” no Louvre corresponderia a assegurar sua proteção, e, dessa forma, tal questão ganha significação como uma pauta de segurança internacional e de “interesse comum” (cabe questionar comofica o interesse de quem requer a restituição do bem e não concorda com essa “lógica”, daí o conflito, e, comumente a resolução a favor do lado mais forte – isso é, com mais poder de securitização).

Os discursos de securitização se transmutam conforme o interesse de seu uso, a própria dualidade pela construção do “outro” pode ser descartada junto dos discursos quando considerada a cooperação com aqueles não identificados como semelhantes for considerado interessante. Essa dinâmica é normalmente pautada pela leitura e imposição das pautas pelos “mais fortes” (definição norte americana para a “democracia”, por exemplo). No discurso securitário, a suposta nobreza da intenção serve muitas vezes como justificativa para a clara violação dos direitos da soberania alheia.

O Pós-colonialismo traz para a mesa de discussão as especificidades da “periferia”, a própria questão da segurança aparece como peculiar, as pautas desses povos não são as mesmas das dos “países desenvolvidos”. Os novos conceitos de segurança podem ser definidos para além daqueles empregados tradicionalmente e que refletem a percepção de atores privilegiados. O descompasso entre esses países fica claro no plano estrutural da disposição de recursos: a defasagem tecnológica e dos meios de produção gera um acirramento das desigualdades e da pobreza, as pautas de direcionamento sobre o desenvolvimento econômico pensadas pelo “centro” se mostram como limitantes para a superação dos problemas dos países mais pobres, as relações assimétricas no campo da política internacional e nas diversas instâncias de debate político dentro das organizações internacionais evidencia a manutenção de quadros históricos de dominação.

Um movimento de forte base institucional, essencialmente ligada ao PNUD³, forma um conjunto alternativo e amplo de compreensão da segurança como algo constituído socialmente, percebida além da compreensão tradicional, agregando valores universais no trato tanto da questão das ameaças como de uma necessidade de ação conjunta em empreendimentos relacionados a tais questões (Oliveira, 2009).

A teoria da securitização traz uma ênfase para a construção discursiva por trás da apresentação do peso e urgência de ameaças específicas. Os agentes securitizadores interagem com os demais atores (ou objetos de referência), produzindo um efeito de premência de certos temas como ameaças existenciais, e logo, prioritárias, a ponto de justificar e até gerar aceitação da violação de regras pré- estabelecidas. A priori, não existe uma limitação à ocupação do posto de securitizador, entretanto, normalmente os atores com

3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, criado em 1994.

maior poder de influência acabam por controlar e securitizar suas próprias demandas. Em última instância, a securitização depende da capacidade retórica de quem busca securitizar ou da disponibilidade de aceitação pelos envolvidos das pautas securitizadas.

Uma ideia a respeito de “questões globais”, exprimindo uma noção de segurança compartilhada, é invocada nos discursos sobre o “patrimônio mundial” e os supostos riscos existentes que demandariam uma ação comum na salvaguarda. Mesmo que seja reconhecida aqui a existência, de fato, de riscos eminentes para preservação do patrimônio com uma retirada de onde estão e um retorno à região de origem (ainda que exista uma estrutura considerável no local, mas pelos riscos de uma instabilidade política, por exemplo), a securitização da questão retira qualquer espaço para uma discussão mais ampla dos diversos elementos que compõe todo o caso, excluindo (ou ao menos deixando à margem) as demandas legítimas e toda a problematização apresentada pelos países que requerem a devolução dos bens patrimoniais.

A “dessecuritização” desses temas e o reestabelecimento dos mesmos como objeto de debate da esfera política é possível, mas um problema da securitização/dessecuritização está na face da segurança como silêncio, onde os sujeitos marginalizados não têm força suficiente para securitizar temas, e em grande parte das vezes não têm suas demandas ouvidas (Buzan e Hansen, 2012).

As demandas de restituição: entre a resistência e as modestas conquistas

Nos últimos anos têm sido observados alguns avanços relativos as demandas de restituição de bens patrimoniais em posse de estrangeiros (sejam em órgãos/instituições públicas, ou em acervos privados) – especialmente tendo em vista a crescente articulação de uma ação conjunta e coordenada através dos espaços de representação multilateral nos espaços institucionais, bem como pela denúncia e pela sensibilização através dos meios de comunicação ampliados pela expansão da internet. No entanto, são bastante limitadas, e, um grande número de processos de disputa continua sem sinais de alteração.

A convenção da UNESCO relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais (1970), representa um marco para a discussão das questões dessa natureza dentro do âmbito institucional da ONU. Além de uma caracterização conceitual, a convenção apresenta uma recriminação do trânsito ilícito do patrimônio cultural e recomenda uma postura de cuidado com o próprio patrimônio e de atenção para com o patrimônio alheio.

Tomar as medidas necessárias, em conformidade com a legislação nacional, para impedir que museus e outras instituições similares situadas em seu território adquiram bens culturais, procedentes de outro Estado-Parte, que tenham sido ilegalmente exportados após a entrada em vigor da presente Convenção para os Estados em questão; informar, sempre que possível, um Estado-Parte na presente Convenção sobre alguma oferta de bens culturais ilegalmente removidos daquele Estado após a entrada em vigor da presente

Embora represente um importante passo, a convenção mostra na prática um reflexo tímido. Como abordado ao longo do texto, a ação dos Estados dentro das instituições tem muita relação com a capacidade de fazer ou não que seus interesses próprios sejam garantidos. Grande parte dos processos relativos a um patrimônio que teve “trânsito ilícito” anterior à convenção seguem estagnados. Bischoff (2004) ao traçar um histórico de documentos que versam sobre o cuidado com a proteção do patrimônio cultural, comenta a Convenção da UNIDROIT de 1995 sobre bens culturais furtados: uma reação ao entendimento da ineficácia da convenção de 1970, com expectativa de refrear a pilhagem e o tráfico ilegal. No entanto, mesmo com ações de combate ao tráfico de objetos históricos, essa atividade continua se mostrando forte e extremamente lucrativa.

As ações dentro das instituições ainda demonstram ser parciais e vinculadas a questões específicas, ligadas a interesses próprios. O exemplo da incorporação pelo Conselho de Segurança da ONU da condenação por destruição e pilhagem de patrimônio ao julgamento dos crimes de guerra após o conflito no Kosovo é exemplar, a questão política está interpenetrada nas ações pela via institucional. A posse de objetos cuja origem remete a saques cometidos no período colonial e nas ações imperialistas do século XIX e XX seguem de forma geral inquestionadas nos principais espaços, e quando o são, as pautas tendem a ser invisibilizadas por um forte arcabouço discursivo legitimador.

Casos como o sucesso do Peru em repatriar um patrimônio que se encontrava sob posse da Universidade de Yale, depois de um século da apropriação (2011), promovem certo otimismo e encorajam ações de disputa pela restituição de bens culturais históricos. A expressão de Crusoe Osagie, porta voz do governador do estado de Edo, Nigéria, evidencia um sentimento a respeito da existência de milhares de peças africanas nos museus da Europa e da recusa formal de devolução. “Não é normal que seus filhos tenham que ir ao exterior para admirar o patrimônio de seu país. ‘Esses objetos pertencem a nós e nos tiraram à força’, destaca” (Mundo G1, junho de 2018).

A problemática em torno da disputa no âmbito das relações internacionais pela posse do patrimônio cultural é bastante complexa. As demandas de restituição com apelo à importância dos elementos constitutivos de elos identitários e de memória coletiva, batem de frente às resistências de devolução de peças históricas pela invocação da urgência da salvaguarda (securitização do tema). A oposição apresentada pode ser pensada na própria dinâmica organizacional do Sistema Internacional: extremamente assimétrica, com forte permanência de traços históricos desigualdade.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio B. Brasília, Editora UnB, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1ª edição, 2002.

BARBOSA, J; BARBOSA, M (2014). **As coleções arqueológicas e museológicas face às reivindicações internacionais**: recuperação de objetos rituais, restituição e reinvenção de restos mortais. Direito, Estado e Sociedade (Impresso), v. 43, p. 65-92, 2014.

BISCHOFF, J. **A Proteção Internacional do Patrimônio Cultural**. Cadernos do PPGDir-ufrgs, v. 2, n. 5, 2004.

BOBBIO, N.; et. al. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. – Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1ª ed, 1998.

BULL, H. (2002). **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Prefácio de Williams Gonçalves. Tradução de Sérgio Bath. Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, 2002.

BUZAN, B; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo, Ed. Unesp, 2012.

CARR, E. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2. ed. Setembro, 2001.

CORREA, A. **Teatro das Memórias e das Heranças Bioculturais**: Ação Cultural entre o Passado e o Futuro. Fênix (UFU. Online), v. 6, p. 1-16, 2010.

DUQUE, M. Duque, M. **O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 31, n. 3. Dezembro, 2009.

FLORÊNCIO, S. **Educação Patrimonial**: um processo de mediação. Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra. Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

HENRIQUES, R. **Museus virtuais e cibermuseus**: a Internet e os museus. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, de Lisboa, 2004.

LE GOFF, J. **Memória**. In: LE GOFF, Jaques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LONDRES, C. **O Patrimônio Cultural**: algumas considerações. Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra. Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

MASHBERG, T; BOWLEY, G. **Destruição de artefatos pelo Estado Islâmico renova debate sobre repatriação**. New York Times. Abril de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1622618>

MEARSHEIMER, J. **The False Promise of International Institutions**. *International Security*, winter 1994/95 (Vol. 19, No. 3), pp. 5-49. Disponível em < <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>>.

MENESES, U. (1994). **Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. *Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Ser. v.2, p.9-42 jan./dez.*

MORGENTHAU, H. (1998). **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz**. São Paulo, Ed. UnB.

MUNDO G1. **África exige da Europa restituição de tesouros roubados**. 01 de junho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/africa-exige-da-europa-restituicao-de-tesouros-roubados.ghtml>.

NASCIMENTO, R. **O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu**. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 11, n. 11. Capítulos II e IV, 1998.

NYE, J. **O futuro do poder**. Tradução Magda Lopes. São Paulo, Benvirá, 2012.

O Estado de São Paulo. **Tesouro Inca volta ao Peru após quase um século**. 17 de abril de 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,tesouro-inca-volta-ao-peru-apos-quase-um-seculo-imp-,707376>>.

OLIVEIRA, A (2009). **Fim da Guerra Fria e os Estudos de Segurança Internacional: o conceito de Segurança Humanitária**. *Aurora*, ano III, número 5 – dezembro, 2009. Disponível em <www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/OLIVEIRA.pdf>.

POSSAMAI, R. **Museu na cidade: um agente de mudança social e desenvolvimento? Museologia e Patrimônio- v. 3, n. 2, Jul/Dez, 2010**. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/92/133>>.

UNESCO. **Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais (1970)**. Tradução oficial do Senado Federal por meio da promulgação do Decreto Legislativo no 71, 1972.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Americanismo 118, 125, 127, 128

Arquitetura 5, 8, 75, 78, 82, 91, 92, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117

Axel Honnet 7, 48, 49, 57, 58

B

Benedeiras 1, 2, 3, 4, 8

Biodiversidade 7, 21, 22, 23, 25, 31, 32

C

Catolicismo 1, 4, 5, 8, 9

Charles Taylor 7, 48, 49, 50

Comunicação 5, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 30, 35, 36, 65, 101, 103, 106, 119, 139, 144, 145, 146, 158, 159, 174, 175, 176, 178, 187, 188

Comunismo 118, 120, 122, 127, 128

Cultura 2, 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 18, 23, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 145, 152, 157, 158, 165, 168, 186, 188

D

Desenvolvimento Local 11, 13, 15, 17, 19, 103

Design para Territórios 21, 23, 24, 28

Disciplinas 7, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Discriminação 7, 50, 51, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 154, 157

Discurso 82, 103, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 145, 175, 185

E

Ensino Superior 3, 11, 12, 34, 35, 36, 37, 45, 188

Estados Unidos 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 138, 157

F

Fernando Chacel 8, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 88

G

Gay 8, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Gênero 5, 1, 3, 51, 56, 58, 72, 118, 143, 147, 148, 154, 156, 159, 161, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173

Gestão Educacional 11, 188

Gestão Estratégica 11, 13, 14, 18, 19

H

História 1, 2, 5, 7, 9, 10, 37, 55, 59, 84, 85, 93, 103, 104, 105, 113, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 131, 132, 133, 141, 142, 159, 173, 174, 175, 188

Historiografia 9, 77, 105, 106, 108, 117, 162, 168, 170

I

Identidade 7, 3, 13, 14, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 97, 98, 101, 106, 127, 131, 132, 133, 134, 137, 143, 147, 149, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 173

Identidade local 7, 21, 23, 98

Idioma Global 34, 35, 36

Imagem organizacional 11, 12, 13, 18, 19

Inglês 7, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Internacionalização 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 93, 95, 97, 98, 103, 136

Internacionalização em casa 34

L

Le Carré Bleu 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117

Literatura 5, 8, 2, 10, 23, 24, 35, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 128, 130, 165

M

Masculinidades 143

Meio Ambiente 1, 2, 3, 83, 96, 98, 110

Moçambique 7, 60, 61, 62, 72, 73

Moda 143, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Modinha 8, 161, 162, 165, 168, 169, 170, 172, 173

Modos de Vestir 8, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Mulheres 7, 3, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 100, 120, 147, 148, 152, 158, 160, 170

N

Nancy Fraser 7, 48, 49, 53, 57, 58

P

Paisagismo moderno 75

Patrimônio 75, 91, 94, 99, 103, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Plantas alimentícias não convencionais 7, 21, 32

Pós-Verdade 9, 174, 175, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 187

Processos identitários 8, 161, 162, 163, 173

R

Reconhecimento 7, 23, 24, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 78, 94, 96, 99, 100, 102, 119, 127, 132, 154

Representações Sociais 2, 8, 69, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 168

Restituição 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142

S

Saraus 8, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173

Serestas 8, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Sociedade Goiana 161, 162, 163, 165, 168, 172, 173

T

Teorias 19, 48, 51, 57, 58, 143, 145, 156, 160

V

Verdade 9, 16, 122, 125, 149, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

VIH/SIDA 60, 63, 67, 69, 71, 73

Vilas Operadoras 75, 76, 77, 79, 91, 92

Vulnerabilidade 50, 60, 62, 69, 70, 72

W

Wittgenstein 9, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021